

Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo Nº 28 • 03/12/2001

Um recado à COP e ao CONSU: cautela com previsões

O orçamento para 2002 da Unicamp não pode conter armadilhas para as negociações salariais.

A COP, comissão assessora do CONSU, merece nosso reconhecimento pelos serviços que vem prestando ao principal órgão colegiado da Universidade. Exatamente por isso, registramos um alerta aos seus membros: cautela com as previsões da AEPLAN (Assessoria de Economia e Planejamento da UNICAMP), elas são ardilosas!

Tradicionalmente, as universidades estaduais paulistas elaboram seus orçamentos com base na previsão de arrecadação de ICMS feita pela Secretaria da Fazenda. O orçamento da UNICAMP para 2001 foi elaborado a partir de uma previsão feita pela AEPLAN que superou a da Secretaria em 1 bilhão de reais. O acréscimo às despesas previamente orçadas dos 6% de reajuste que tivemos em maio/2001, exigiu uma arrecadação de 24,6 bilhões de ICMS, um número levemente superior à previsão do Fórum das Seis. Este número foi colocado pelo CRUESP como patamar mínimo de arrecadação na fórmula da “política salarial”, dando, um reajuste zero, em outubro.

Senhores membros da COP e do CONSU: É mais seguro que o orçamento tenha por base a previsão de ICMS para 2002 que a Fazenda fez para o orçamento do governo do Estado de São Paulo. Que as despesas sejam definidas até o limite dela decorrente. Se a arrecadação superar as previsões, o CONSU, mediante parecer da COP, poderá acrescentar novas despesas ao orçamento. É preferível gastar o que se tem do que antecipar despesas com recursos que sequer a Fazenda previu.

Uma lista de despesas inflada sufoca as negociações salariais.

Debate entre reitoráveis: a comunidade manifesta seu interesse



Um número expressivo de funcionários, docentes e estudantes — cerca de 400 pessoas — compareceu ao debate entre os cinco candidatos à sucessão da Reitoria da Unicamp, no último dia 28. Promovido pela Adunicamp, STU, DCE e APG, o evento teve o objetivo de aproximar a comunidade universitária daqueles que se propõem a dirigi-la. Os candidatos apresentaram suas reflexões e posturas a respeito de questões importantes: autonomia universitária, política de pós-graduação, moradia estudantil, contagem de tempo, terceirização e segurança no campus.

Que fique o registro: o comparecimento maciço da comunidade sinaliza o interesse pelo programa que cada candidato pretende adotar. Programa que — esperamos todos — não se torne “letra morta”, após a posse do vencedor.

As entidades propõem novos debates para o mês de março, e o primeiro deles ocorrerá antes do primeiro turno da eleição.

O debate oxigena a vida universitária, e o tema da sucessão na Reitoria é um dos mais oportunos: o futuro da Unicamp interessa a todos que nela estão integrados.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 04/12 - 12h00 - na ADUNICAMP

- Pauta:** 1) Avaliação da arrecadação do ICMS;
2) Delegação para o 43º CONAD
3) Fórum Social Mundial

Segurança no campus: uma inspiração japonesa

Em mais uma ação de sua clássica trajetória de não consultar a comunidade e nem os órgãos colegiados da Universidade, a Administração Central decidiu investir em um plano de segurança para o campus — como informa o Correio Popular de 13/11/2001.

Segundo o referido jornal, a PUC-Campinas, preocupada com a possibilidade de crescimento da violência e da criminalidade em função do funcionamento do Shopping Dom Pedro a partir de março de 2002, “elaborou um plano inovador de inspirado no policiamento comunitário japonês”, e propôs uma parceria à Unicamp e à direção do Shopping.

O plano prevê a construção, no campus I de “um imóvel de 80 metros quadrados que servirá de moradia efetiva para um policial militar solteiro, destacado pela própria Polícia Militar” que, familiarizado com a comunidade, poderá identificar veículos e pessoas estranhas. Em reunião entre representantes das Reitorias das duas universidades, ficou decidido que: a Unicamp “fará a manutenção do imóvel da base comunitária e de duas viaturas de

polícia que já fazem a ronda preventiva da cidade universitária” e a PUC, além do prédio-moradia, “se dispõe a equipar o imóvel com rádios, telefones e computadores”.

Poderão as duas comunidades dormir tranquilas com a decisão de seus dirigentes? Acharmos que não: polícia instalada no campus, munida de poderes que escapam às determinações que regulamentam a vida da comunidade universitária, representa, na verdade, um motivo de grande inquietação. Parece que a experiência recente da Unicamp com a presença de polícia não produziu nenhum efeito positivo na compreensão da Reitoria em relação a uma proposta para a questão da segurança no campus.

A Reitoria deve explicação à comunidade e à iniciativa de iniciar um debate com a comunidade sobre a questão. Antes que um “plano japonês” seja adotado na Unicamp, a comunidade universitária deve exigir informações à Reitoria. O que o Conselho Universitário e as congregações pensam a respeito?

Campanha Salarial

No próximo dia 6/12, quinta-feira, às 10 horas, a Comissão de Acompanhamento da evolução do ICMS Fórum e CRUESP se reunirá na Reitoria da Unicamp.

Quarta-feira, dia 05/12, às 13:00hs, no auditório do IFCH - UNICAMP

Cecília Coimbra

(Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e Universidade Federal Fluminense)

OPERAÇÃO RIO

O mito das classes perigosas: um estudo sobre mídia impressa, violência urbana e segurança pública

13h00 - Crônica de uma guerra particular: filme de João Moreira Salles.

14h00 - Operação Rio: conferência de Cecília Coimbra; debate e lançamento do livro; e divulgação do relatório da Anistia Internacional Tortura e maus tratos no Brasil.

19h00 - O Jardim dos Finzi-Contini: filme de Vittorio de Sica, seguido por debate, com Cecília Coimbra e Renato Ortiz.

Apoio interno e externo aos docentes

Ciudad Universitaria, a 20 de noviembre de 2001.

RECTOR Y PRESIDENTE DEL CONSEJO
UNIVERSITARIO
Universidad de Campinas
Brasil

P r e s e n t e

Magnífico Rector:

La presente comunicación es para expresarle nuestra absoluta solidaridad con los profesores Sergio Silva y Ángela Araujo en su litigio con las autoridades de policía militar, relativo al incidente ocurrido el día 4 de septiembre del presente año en el campus de la UNICAMP.

Estamos enterados de que los profesores están amenazados de que sea iniciado un proceso judicial en contra de los mismos, en base a supuesto -y falso- desacato e injurias a la autoridad, tan sólo por haber requerido información a dos policías sobre las razones de su presencia en el estacionamiento del Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas. Nos parece que el argumento de desacato e injurias a la autoridad por ese hecho es un procedimiento propio de períodos negros de la historia de nuestro continente. Por ende consideramos que se trata de una agresión a la propia institución universitaria, lo que constituye un hecho inadmisibles para los universitarios de toda América Latina.

Solicitamos que impulsado por principios democráticos fundamentales y por el resguardo de derechos humanos elementales, usted tenga a bien manifestarse del modo más enérgico en contra de tal atropello a los mencionados profesores. Pedimos que, en su calidad de presidente del Honorable Consejo Universitario, haga llegar nuestra solicitud al Consejo Universitario de la UNICAMP, así como a los demás consejos superiores de la Institución.

Suscriben esta misiva todos y cada uno de los profesores e investigadores del Centro de Estudios Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

A t e n t a m e n t e.

“POR MI RAZA HABLARÁ EL ESPÍRITU”

DR. JORGE TURNER MORALES
Coordinador
Centro de Estudios Latinoamericanos, UNAM

Cc para:
Prof. Sergio Silva
Profa. Angela Araujo
Secretario de Derechos Humanos

Monsieur le Président du Conseil Universitaire de l'Unicamp,

J'ai été informé de la situation kafkaïenne que subissent nos collègues Sergio Silva et Angela Araujo et j'ai notamment reçu la lettre que vous a adressé le CELA de la FCPyS/UNAM. De nombreux chercheurs suivent, sur un plan international, ce procès arbitraire et souhaiteraient voir les autorités universitaires défendre nos collègues d'un arbitraire digne d'une autre époque de l'histoire.

Veillez agréer, Monsieur le Président, l'expression de mes sentiments respectueux,

Professeur B. Boris Vargaftig
Professor Honoris Cause da UNICAMP,
Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências
Unité de Pharmacologie cellulaire,
Unité Associé Institut Pasteur INSERM U485

CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PARECER Nº. 115/2001
MOÇÃO SOBRE O INCIDENTE OCORRIDO NA UNIVERSIDADE ENVOLVENDO PROFESSORES DO IFCH E A POLÍCIA MILITAR

A Congregação do Instituto de Estudos da Linguagem em sua 112ª Reunião Ordinária, decidiu, por unanimidade, manifestar sua indignação face aos recentes acontecimentos ocorridos no campus envolvendo professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e policiais militares.

A Congregação repudia:

a) a atitude do Prefeito do campus universitário ao enviar carta ao Capitão Comandante da 3ª Companhia de Campinas lamentando o incidente e parabenizando um dos soldados envolvidos no episódio bem como a PM pelas atividades desenvolvidas no campus – comportamento inaceitável pois tomado sem que se ouvissem os docentes, ferindo um preceito de conduta básico da vida universitária;

b) a atitude da Reitoria ao convocar um Comissão de Sindicância também antes de ouvir os docentes envolvidos;

c) a atitude da Reitoria ao furta-se ao debate amplo com a comunidade universitária sobre o sistema de segurança a ser implementado no campus.

Considerando que as atitudes da Prefeitura e da Reitoria chocaram profundamente a comunidade do IEL, a Congregação decidiu exigir explicações de tais condutas e exigir que se apresentem desculpas formais da instituição aos docentes do IFCH envolvidos no incidente e à comunidade universitária em geral. Considerando inaceitável a atitude do Prefeito, a Congregação decidiu também exigir sua exoneração imediata do cargo.

Cidade Universitária Zeferino Vaz, 17 de outubro de 2001.

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas
Presidente

A vitoriosa greve das universidades federais e dos CEFETs

Ao cabo de mais de 100 dias de forte greve, que, nos dias mais recentes, ocupou diariamente espaço na mídia, chegou a bom termo a greve das universidades federais e dos CEFETs.

Esperneando, diariamente, o ministro da educação, membro do corpo docente desta universidade, mas que não conseguimos chamar de colega, *rebatia qualquer proposta que não fosse o reajuste da GED. Insistiu, até o fim, na implementação de seu plano de desmonte do ensino superior público do país, através do seu modelo produtivista e do corte sistemático de verbas. Não fosse a intervenção de parlamentares a greve ainda estaria*

*em curso. Paulo Renato até considera-se vitorioso, não ce-
deu, não incorporou a GAE!*

A diretoria do nosso sindicato nacional, ANDES-SN, conduziu exemplarmente as negociações. Teve sempre as indicações do Comando Nacional de Greve e as deliberações das Assembléias Gerais como únicos guias.

Ganhamos. O acordo final foi de um reajuste no salário básico de cada nível e não na GED como queria o ministro. É um passo a mais na direção na direção da preservação da isonomia e da paridade dos aposentados.

Contagem de tempo: será verdade?

Privilégio, imoral, constrangedor, ilegal: expressões como estas foram utilizadas para qualificar a modalidade de contagem de tempo prevista pelo Estatuto dos Servidores da UNICAMP, por parte de representantes da Reitoria na reunião do CONSU de 28 de novembro de 2000. Será que passou tanto tempo, a ponto de alguns deles se esquecerem da “essência maligna” contida no parágrafo 2 do artigo 38 do ESUNICAMP? A propósito – mas muito a propósito – vale lembrar um trecho de fala do Pró-reitor de Pesquisa, professor Ivan Chambouleyron, na referida reunião do CONSU de 28/11/2000:

“... contar tempo de estudo com bolsa do Governo Brasileiro, sem vínculo empregatício, não é só um benefício, mas um privilégio enorme para quem estuda num país como o Brasil. Já viveu em muitos países, e não conhece nenhuma legislação de aposentadoria que contemple esse

tipo de situação, e mais, nem as outras Universidades Paulistas, nem as Federais, contam esse tempo. Mesmo os países mais avançados em legislação trabalhista e social, como os nórdicos, ficarão corados de saber que há no Brasil uma legislação mais avançada ainda que a deles, onde se conta esse tipo de coisa; está, ainda, muito constrangido porque estão legislando em causa própria e com dinheiro público. Não quer fazer considerações jurídicas, pois, para ele a questão é moral e faz questão que conste em ata que ele é contra isso.”.

Para o nosso grande espanto, fomos informados que o professor Chambouleyron solicitou a incorporação de seu tempo de trabalho na Argentina à sua contagem de tempo para fins de aposentadoria. Que grande exemplo de distinção entre o público e o privado!

Haverá outros nomes ligados à Reitoria e ao mundo político? Outras surpresas virão oportunamente a público. Vamos aguardar

**Visite a home page da Adunicamp:
www.adunicamp.org.br**